ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Auditoria Administrativa de Controle Interno

PLANO ANUAL DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA

EXERCÍCIO 2019

Outubro/2018

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Auditoria Administrativa de Controle Interno

EQUIPE

Quadro 1 – Equipe da Auditoria Administrativa de Controle Interno (posição outubro/2018)		
Ordem	**Gestão/Coordenação**	**Cargo/Função**
1	Leonel Gois Lima Oliveira	Auditor Chefe
2	Lídia Maria Mendes dos Santos	Auditora
3	Carlos André Melo Pontes	Auditor
Equipe Técnica		**Cargo/Função**
4	Cinara Castelo Branco de Castro	Técnico Judiciário
5	Francisco Vieira de Castro	Técnico Judiciário
6	Gerson Ricardo Porto Farias	Analista Judiciário
7	Juliana Alencar Alves	Analista Judiciário
8	Karla Caldas Borges	Analista Judiciário
9	Nicole de Albuquerque Vasconcelos Soares	Analista Judiciário
10	Soraya Saraiva Sampaio	Auxiliar Judiciário
Apoio Administrativo		
11	Nelson Rubens de Castro Sampaio	Terceirizado
12	Amon Elpídio da Silva	Estagiário
13	Andrea Lucas Walraven	Estagiária

SUMÁRIO

1. Apresentação....4
2. A Auditoria Administrativa de Controle Interno....5
2.1. Amparo Legal e Normativo....5
2.2. Missão, Visão de Futuro e Valores....5
2.3. Capacidade Operacional e de Gestão....5
3. Princípios Norteadores para o Plano de Ação – 2019....7
3.1. Objetivos e Propósitos do Plano de Auditoria....7
3.2. Universo Financeiro Passível de Auditorias....7
3.3. Principais Atividades de Verificação....8
4. Política de Atuação e Metodologia....10
4.1. Planejamento....10
4.2. Matriz de Risco....11
4.3. Alocação da Força de Trabalho....11
4.4. Atividades Planejadas....14
5. Outras Considerações....16
6. ANEXOS (I – II – III, IV, V e VI)....17

1. Apresentação

1. O **Controle** é um processo estruturado que visa a mitigar riscos na execução dos fluxos dos processos, dos procedimentos e na tomada de decisões, objetivando garantir que as atividades se concretizem com razoável segurança e em estrita conformidade com as leis, normas e regulamentos.

2. Por sua vez, por fidelidade a essas diretrizes, a Auditoria Administrativa de Controle Interno (Audin) do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) busca, em suas atividades, contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços, para a racionalidade dos gastos públicos e o combate ao desperdício.

3. Com esses propósitos, a Auditoria Administrativa de Controle Interno apresenta o seu Plano Anual de Atividades de Auditoria para o ano de 2019, tendo como premissas básicas as suas atribuições legais, os objetivos estratégicos do Poder Judiciário e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

4. O planejamento das atividades compreende as ações que definirão a amplitude, o escopo e a profundidade das auditorias a serem realizadas, com vistas ao cumprimento da missão institucional desta unidade de Auditoria Interna e o apoio aos gestores do TJCE para uma administração orientada para a aderência às normas e para resultados.

2. A Auditoria Administrativa de Controle Interno

2.1. Amparo Legal e Normativo

5. A necessidade de implantação de um Sistema de Controle Interno no âmbito dos três Poderes está definida nos artigos 70 e 74 da Carta Magna de 1988, nos artigos 68 e 190-A da Constituição do Estado do Ceará e no artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000, denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal. Por sua vez, a Lei nº 16.208, de 3 de abril de 2017, prevê, no artigo 10, as finalidades e as competências da Auditoria Administrativa de Controle Interno no âmbito do Poder Judiciário do Ceará.

6. O CNJ, por meio das Resoluções Nº 86, de 8 de setembro de 2009, e Nº 171, de 1º de março de 2013, prescreve sobre a organização e o funcionamento das unidades de controle interno nos Tribunais do Poder Judiciário, enfatizando propósitos, diretrizes, princípios, conceitos e as normas técnicas necessárias à sua integração.

2.2. Missão, Visão de Futuro e Valores

7. A Auditoria Administrativa de Controle Interno do Poder Judiciário do Estado do Ceará tem como **missão** "Contribuir para a garantia da excelência nas atividades administrativas do Poder Judiciário do Estado do Ceará, atuando para o fortalecimento dos controles internos". Por seu turno, a **visão de futuro** é a de "ser reconhecida como referência em termos de controle interno no âmbito do Poder Judiciário".

8. As atividades a serem desenvolvidas submeter-se-ão rigorosamente aos princípios da boa gestão pública e serão pautadas nos **valores** inarredáveis da ética, da transparência, do comprometimento, da responsabilidade, do respeito e do espírito de equipe, sempre na busca da excelência em seus trabalhos.

2.3. Capacidade Operacional e de Gestão

9. Para cumprir a sua missão e contribuir para uma gestão de padrões de qualidade e segurança exigidos nas áreas administrativas do Poder Judiciário do Estado do Ceará, faz-se necessário contar com estrutura adequada de recursos humanos e materiais, insumos indispensáveis ao regular desempenho dos papéis de fiscalização, de assessoramento e de orientação às unidades.

10. Subordinada diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça, a estrutura organizacional da unidade conta com três cargos comissionados: um de Auditor Chefe – DAE1 e dois de Auditor – DAJ1.

11. O quadro atual de servidores da Auditoria Administrativa de Controle Interno encontra-se constituído por cargos e funções, da seguinte forma:

Quadro 2 – Equipe da Auditoria Interna por Cargos e Funções (outubro/2018)	
Cargos/Funções	**Quantidade**
Auditor Chefe	1
Auditores	2
Técnicos	7
Apoio Administrativo	1
Estagiário	2
Total	13

2.4. Formas de Atuação

12. A Audin espera realizar auditorias nas seguintes modalidades:

I – ordinariamente, de acordo com este Plano Anual de Atividades de Auditoria, a ser submetido à aprovação da Presidência do Tribunal de Justiça;

II – por demandas expressas dos órgãos do TJCE, se deferidas pela Presidência;

III – por determinação do Auditor Chefe, quando a necessidade assim exigir, sob comunicação prévia à Presidência do TJCE;

IV – por determinação da Presidência do TJCE, que indicará os fins e a extensão dos trabalhos de auditoria a serem realizados;

V – por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com anuência prévia da Presidência do TJCE.

3. Princípios Norteadores para o Plano de Ação – 2019

3.1. Objetivos e Propósitos do Plano de Auditoria

13. A Auditoria Administrativa de Controle Interno, alinhando suas atividades às determinações legais, às diretrizes estabelecidas pelo CNJ e ao direcionamento estratégico do Poder Judiciário do Estado do Ceará, embasou a realização do seu Plano de Ação para 2019 a partir dos objetivos e propósitos delineados, enfocando:

a) os princípios constitucionais vinculados à gestão pública: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência;

b) os princípios básicos que orientam a gestão das áreas administrativas do TJCE, como: participação, cooperação, parceria, transparência e racionalidade;

c) o volume de recursos envolvidos, tendo como referência os valores orçamentários executados em 2018;

d) ações preventivas para aprimoramento das práticas da boa gestão, que visem ao compromisso com a qualidade e a regularidade na aplicação dos recursos;

e) a criação de mecanismos de modernização que objetivem conferir transparência e visibilidade aos atos administrativos.

3.2. Universo Financeiro Passível de Auditorias

14. A Auditoria Administrativa de Controle Interno deve avaliar, por meio de atividades de controle preventivo e corretivo, os atos de gestão, os processos e procedimentos operacionais e os controles internos administrativos, focando na melhoria da qualidade dos serviços prestados, na racionalidade dos gastos públicos e no combate ao desperdício.

15. Para tanto, são passíveis de abordagem as ações empreendidas pelos gestores das Unidades Administrativas do Poder Judiciário do Estado do Ceará, responsáveis pela execução orçamentária dos recursos alocados para o exercício de 2018, na forma a seguir:

Quadro 3 – Execução Orçamentária – 2018 (R$)			
Fonte	**Destinação**	**Valor (R$)**	**Total (R$)**
Tesouro	Custeio	72.220.171,03	833.386.123,71
	Pessoal	761.165.952,68	
Fermoju	Custeio	109.783.050,35	112.720.544,94
	Investimento	2.937.494,59	
Funseg	Custeio	20.280,00	9.329.295,99
	Investimento	9.309.015,99	
Fecdoj	Custeio	-	7.178.988,26
	Investimento	7.178.988,26	

Fonte: SIOF/SEPLAG (CE) – (consulta realizada em 17/10/2018).

3.3. Principais Atividades de Verificação

16. As principais atividades de verificação estão listadas a seguir:

a) Avaliação e Acompanhamento

- Adequação e eficácia dos controles;
- Integridade das informações contábeis, orçamentárias e patrimoniais;
- Avaliação dos controles internos.

b) Observância, Comprovação da Legalidade e Avaliação dos Resultados

- Integridade e confiabilidade dos sistemas estabelecidos para assegurar a observância das políticas, metas, planos, normas, leis, procedimentos e regulamentos, bem como sua efetiva utilização, compreendendo a gestão orçamentária e de pessoal;
- Eficiência, eficácia e economicidade na aplicação dos recursos, dos procedimentos e métodos para salvaguarda dos ativos e a comprovação de sua existência, assim como a exatidão dos ativos e passivos, englobando a gestão financeira e patrimonial.

c) Apoio ao Controle Externo

- Tratamento/comunicação e acompanhamento das ocorrências detectadas nos trabalhos de auditoria;
- Elaboração de relatório de acompanhamento da gestão fiscal;

- Elaboração de relatório de auditoria sobre a prestação de contas das unidades orçamentárias do Poder Judiciário;
- Certificação de prestação de contas dos órgãos do Poder Judiciário;
- Realização de diligências ou auditorias eventualmente requeridas.

d) Monitoramento e Acompanhamento de Auditoria

- Ações de monitoramento e acompanhamento das providências adotadas pelas unidades auditadas, por meio de coleta sistemática de informações para análise da implementação das determinações e recomendações consignadas nos relatórios de auditoria;
- Elaboração de relatórios de monitoramento sobre o cumprimento das recomendações e determinações indicadas nos relatórios de auditoria.

4. Política de Atuação e Metodologia

17. As atividades de auditoria buscarão aferir a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão, com abordagem dos principais aspectos de controle, elencados a seguir:

a) diretrizes e metas;

b) processos de licitação, dispensas e inexigibilidades;

c) patrimônio;

d) execução orçamentária, financeira e contábil;

e) contratos e convênios (execução e acompanhamento);

f) inspeções administrativas;

g) fiscalizações;

h) avaliação dos controles internos;

i) demais aspectos operacionais e administrativos.

18. O controle é ferramenta indispensável em todos os processos e procedimentos de uma entidade corporativa. Por isto, e, devido à importância de que se reveste, esta Unidade de Auditoria buscará meios de continuar a disseminar a cultura de controle interno por meio de novas oportunidades de interação com os demais segmentos do Poder Judiciário.

19. A metodologia a ser adotada no Plano de Atividades segue a doutrina e as regras de auditoria aplicáveis ao Controle Interno do Setor Público e envolve as etapas descritas a seguir.

4.1. Planejamento

20. O planejamento das atividades de auditoria para o exercício 2019 está embasado no levantamento inicial do universo passível de exame, segmentado em processos operacionais e administrativos, contratos, convênios, sistemas eletrônicos e unidades vinculadas, submetidos a um procedimento prévio de avaliação visando à priorização dos trabalhos, sendo as atividades realizadas por meio de:

a) Auditoria – exame sistemático, aprofundado e independente para avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos de trabalho, sistemas de informações e controles internos administrativos;

b) Inspeção Administrativa – técnica de prevenção e controle utilizada para suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias quanto à legalidade e à legitimidade de fatos e atos praticados por agentes responsáveis;

c) Fiscalização – técnica de controle utilizada para comprovar se o objeto dos programas institucionais existe, corresponde às especificações estabelecidas, atende às necessidades para as quais foi definido, atende à legislação, guarda coerência com as condições e características pretendidas e se os mecanismos de controle administrativo são eficientes e permitem a avaliação de resultados.

4.2. Matriz de Risco

21. A elaboração de uma matriz de risco é base para a etapa de planejamento dos trabalhos de auditoria e permite definir com razoável segurança que processos, controles internos e objetos devem ser verificados prioritariamente em função da vulnerabilidade de cada um deles e sua importância relativa para os procedimentos de auditoria. Ela envolve três dimensões principais: ***materialidade, complexidade*** **e** ***relevância***.

22. A *matriz de risco* contém a pontuação correspondente a cada objeto de forma ordenada, correspondente ao somatório da pontuação relativa, atribuída aos fatores de risco, decorrente da aplicação pela equipe de auditoria de pesos correspondentes a cada fator.

4.3. Alocação da Força de Trabalho

23. Foi reservado 12% do total de dias úteis do exercício para as ações de desenvolvimento e capacitação da equipe, cujo plano, previsto no Parecer nº 02/2013 – SCI/Presi/CNJ, foi apresentado à Presidência desta Corte de Justiça por meio do ofício nº 38/2018, em 9 de outubro de 2019, contemplando as ações para promover capacitação da equipe gerencial e técnica, bem como maior incentivo ao processo de educação continuada, com o objetivo de consolidar equipe multidisciplinar habilitada para cumprir sua missão institucional. Acrescenta-se, também, o tempo de treinamento voltado para a implantação do Sistema de Auditoria – Sisaud, a ser usado nos trabalhos de auditoria a partir de 2019.

24. Foi alocado 8% do total de dias úteis do exercício para as ações de monitoramento das atividades de auditoria. O monitoramento é o processo de acompanhamento sistemático das providências adotadas pela unidade auditada das recomendações/determinações insertas nos relatórios de auditoria quanto à sua efetiva e tempestiva implantação por parte dos gestores das áreas objeto dos trabalhos de auditoria.

25. A distribuição da força de trabalho por atividades objetiva otimizar o esforço que será despendido nas atividades de gestão e execução com alocação dos dias úteis estimados, conforme se demonstra no quadro adiante.

Quadro 4 – Dias alocados por equipe – 2019		
Equipe	**%**	**Nº de Dias**
Equipe Gestora	**100%**	**460**
Gestão e Acompanhamento	85%	391
Planejamento Anual/Longo Prazo	10%	46
Demandas Externas	5%	23
Equipe Técnica	**100%**	**963**
Auditorias Programadas	85%	819
Auditorias Especiais	15%	144
Total		**1.423**

26. Entre as ações de gestão e acompanhamento, há aquelas voltadas à disseminação de conhecimentos de atividades de controles internos, à conscientização para a necessidade de aprimoramento dos processos de trabalho, ao aperfeiçoamento das práticas de gestão e à redução dos níveis de exposição a riscos operacionais.

27. Nos trabalhos de auditorias programadas tratados neste plano estão englobadas as seguintes modalidades de atuação:

- **Auditoria Operacional**: acompanhamento e avaliação das ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional ou parte dele, além dos contratos, com a finalidade de certificar a efetividade e oportunidade dos controles internos;
- **Auditoria de Gestão:** certificar a regularidade das contas, verificando a execução dos contratos, convênios, acordos ou ajustes, governança de TI, riscos, resultados, bem como a probidade na aplicação dos recursos públicos e na guarda ou administração de valores e outros bens do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;
- **Auditoria Contábil**: certificar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, com a legislação e se as demonstrações originárias refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações apresentadas;

- **Auditoria Sistemática**: engloba as atividades pertinentes à Execução Orçamentária, à Gestão Fiscal, ao Suprimento de Fundos e à Prestação de Contas;
- **Auditoria Especial**: exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, realizada para atender solicitação expressa de autoridade competente;
- **Ação Coordenada de Auditoria**: atividades executadas em atendimento ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ, objetivando a gestão concomitante, tempestiva e padronizada sobre questões de relevância e criticidade para o Poder Judiciário.

28. A força de trabalho a ser alocada está distribuída conforme Quadros 5 e 6:

Quadro 5: Dias alocados por atividade – 2019		
Atividades	**Nº Dias**	**% por atividade**
Gestão e Acompanhamento	391	27%
Auditorias Programadas	819	58%
Auditorias Especiais	144	10%
Planejamento Anual	46	3%
Demandas Externas	23	2%
Total	**1.423**	**100%**

Quadro 6 – Dias alocados por modalidade – 2019		
Modalidade	**%**	**Nº Dias**
Operacional – Processos/Controles internos	34%	315
Operacional – Contratos	12%	120
Operacional – Tecnologia da Informação	12%	120
Operacional – Serviços de Engenharia	14%	135
Especial	15%	144
Sistemática	10%	99
Outras atividades	3%	30
Total	**100%**	**963**

29. A quantidade de dias para execução de cada trabalho de auditoria foi estimada para atingir o maior quantitativo do universo a ser auditado, de forma a reduzir o prazo do ciclo de auditoria.

30. Os objetos dos trabalhos de auditoria foram segmentados nas categorias de grande, médio e pequeno porte, sendo atribuídos prazos de até 60 (sessenta), até 45 (quarenta e cinco) e até 30 (trinta) dias úteis, respectivamente.

4.4. Atividades Planejadas

31. O ANEXO I (Matriz de Risco – Processos) informa os processos operacionais e a avaliação dos controles internos administrativos que serão auditados, conforme a força de trabalho;

32. O ANEXO II (Matriz de Risco – Contratos) informa os contratos de valor superior a R$ 250 mil, objeto das atividades de observância, comprovação da legalidade e avaliação dos resultados, conforme força de trabalho calculada.

33. O ANEXO III (Matriz de Risco – Tecnologia da Informação) mostra as atividades/sistemas da área de Tecnologia da Informação que serão objeto de auditoria.

34. No ANEXO IV (Matriz de Risco – Serviços de Engenharia) constam as auditorias previstas na área de serviços de engenharia e obras (construções e reformas).

35. O ANEXO V (Atividades Sistemáticas) mostra as atividades de avaliação e acompanhamento relativas a suprimento de fundos, execução orçamentária, gestão fiscal e prestação de contas anual.

36. No ANEXO VI consta a descrição dos fatores de risco utilizados para elaboração da Matriz de Risco.

37. Para o exercício de 2019, foram selecionados os objetos relacionados a seguir:

Processos Operacionais

- Ação coordenada CNJ – Áreas contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional;
- Ação coordenada CNJ – Gestão documental;
- Prestação de contas anual – TCE/CE;
- Processos Licitatórios;
- Folha de Pagamento (Despesa de Pessoal);
- Recursos diretamente arrecadados - Fonte 70.

Contratos

- Banco do Brasil S.A. (CT-014/2015);
- Coelce – Companhia Energética do Ceará (CT-681/2017);
- Lampit Solutions Tecnologia Ltda (CT-022/2017).

Tecnologia da Informação

- Sistema de Peritos;
- Sistema de Patrimônio.

Serviços de Engenharia

- Construção do novo Fórum da Comarca de Russas (CT-045/2017);
- Construção do novo Fórum da Comarca de Itapajé (CT-038/2017);
- Reformas parciais de 02 (duas) Residências Oficiais de Juízes destinadas ao funcionamento do Fórum da Comarca de Santa Quitéria (CT-007/2017).

Atividades Sistemáticas

I) Suprimento de Fundos:

a) avaliar a consistência e confiabilidade dos procedimentos;

b) examinar a observância das políticas, normas e procedimentos definidos;

c) emitir relatório sobre a regularidade da aplicação dos recursos.

II) Execução Orçamentária:

a) avaliar o cumprimento dos objetivos, prioridades e metas estabelecidos;

b) acompanhar o ingresso das receitas e monitorar a realização das despesas;

c) examinar a inscrição e pagamento de Restos a Pagar;

d) acompanhar as alterações orçamentárias;

e) emitir relatório sobre a execução orçamentária.

III) Gestão Fiscal:

a) acompanhar o ingresso das receitas e monitorar a realização das despesas;

b) acompanhar o cumprimento dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal;

c) monitorar o cumprimento dos prazos de apresentação e publicação.

IV) Outras atividades:

a) emissão de Parecer (Resolução CNJ 114/2010);

b) outras atividades inerentes aos trabalhos de auditoria.

5. Outras Considerações

38. Ressalte-se que os procedimentos relacionados aos convênios e unidades vinculadas serão examinados no contexto dos processos operacionais, com o objetivo de melhor aproveitar a força de trabalho, destacando que, no contexto deste Plano, as unidades judiciárias e extrajudiciárias vinculam-se ao Fermoju.

39. Nas matrizes de risco relativas a processos operacionais, encontra-se contemplada a avaliação dos controles internos administrativos das unidades pertinentes.

40. Por se tratar de estimativa, o plano anual de atividades poderá sofrer alterações no decorrer do exercício, visando a adequar a programação às demandas e à realidade da Unidade de Auditoria Administrativa de Controle Interno.

41. A Matriz de Contratos poderá sofrer atualizações sistemáticas ao longo do exercício, para otimização dos resultados de auditoria, bem como poderá ocorrer a substituição de contrato concluído, respeitada a sequência da Matriz de Riscos.

42. Por fim, considerando-se as peculiaridades do primeiro semestre, com referência à concentração de férias e os esforços para fechamento das atividades do exercício anterior, estima-se realizar, até o dia trinta de junho, o percentual de 40% das auditorias programadas na modalidade de Auditoria Operacional.

Fortaleza, 24 de outubro de 2018.

Leonel Gois Lima Oliveira
Auditor Chefe

Carlos André Melo Pontes
Auditor

Lídia Maria Mendes dos Santos
Auditora

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Auditoria Administrativa de Controle Interno

ANEXO I - MATRIZ DE RISCO
Processos

Universo	VALORES EMPENHADOS-2018 (R$)					Fatores de Risco					Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados
						Lapso temporal de Auditoria	Relevância	Materialidade	Complexidade	Controle Interno				
						5	4	3	2	1				
	TJ	FERMOJU	FUNSEG	FECDOJ	TOTAL	Valor Descritivo								
Ação coordenada CNJ – Áreas Contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional	833.386.123,71	112.720.544,94	9.329.295,99	7.178.988,26	962.614.952,90	4	3	4	2	3	51	85	60	60
Ação coordenada CNJ – Gestão documental		1.064.658,48			1.064.658,48	4	3	4	2	3	51	85	60	120
Prestação de contas anual – TCE/CE	833.386.123,71	112.720.544,94	9.329.295,99	7.178.988,26	962.614.952,90	2	4	4	4	4	50	83	60	180
Folha de Pagamento (Despesa de Pessoal)	620.293.328,57				620.293.328,57	2	4	4	4	4	50	83	60	240
Processos Licitatórios		37.611.428,70			37.611.428,70	4	3	2	3	45	89	148	30	270
Recursos diretamente arrecadados - Fonte 70		90.044.829,19	9.329.295,99	7.178.988,26	106.553.113,44	1	4	4	4	3	44	73	45	315
Despesa Exercício Anterior – DEA – Pessoal	6.641.157,40				6.641.157,40	4	2	4	1	2	44	73	45	360
Indenizações/restituições	18.893.642,26	2.153.226,80		6.296.818,44	27.343.687,50	4	1	4	2	3	43	72	45	405
Equipamentos e Material Permanente	10.424.019,37	1.475.589,34	2.100.970,88		14.000.579,59	4	1	4	2	2	42	70	30	435
Compensação aos Registradores Civis		16.925.295,63			16.925.295,63	3	2	4	2	3	42	70	30	465
Ressarcimento de Despesas com pessoal requisitado	1.407.670,37				1.407.670,37	3	3	1	4	3	41	68	45	510
Auxílio Alimentação - RPPS	34.997.168,02				34.997.168,02	4	1	4	1	2	40	67	30	540
Patrimônio Imóveis		6.378.985,41			6.378.985,41	4	1	3	2	2	39	65	30	570
Locação de mão de obra	2.200.318,19	22.849.373,97			25.049.692,16	3	2	4	1	2	39	65	30	600
FERMOJU - Recursos Arrecadados da Venda de Selos		22.420.139,82			22.420.139,82	2	2	4	3	3	39	65	45	645
Locação de veículos		2.603.656,99			2.603.656,99	4	2	2	1	2	38	63	30	675
Contribuição ao FUNAPREV	118.426.450,26				118.426.450,26	3	1	4	2	2	37	62	45	720
Obrigações Patronais (INSS)	6.001.671,37				6.001.671,37	3	1	4	1	2	35	58	45	765
Estagiários/monitores	5.661.754,39				5.661.754,39	3	1	4	1	2	35	58	30	795
Serviços de telecomunicações		933.588,51			933.588,51	4	1	1	2	3	34	57	45	840
Pensões exclusive de RGPS	2.812.822,86				2.812.822,86	4	1	2	1	2	34	57	60	900
Despesa Exercício Anterior – DEA – Custeio	1.343.428,57	21.685.775,80	4.821,96	882.169,82	23.916.196,15	1	2	4	3	2	33	55	45	945
Serviços de Comunicação em geral		3.355.758,33			3.355.758,33	3	2	2	1	2	33	55	30	975
Gestão da Esmec		353.414,16			353.414,16	3	2	1	2	3	33	55	30	1005
Água		967.585,07			967.585,07	4	1	1	1	2	31	52	30	1035
Vale-Transporte		91.752,80			91.752,80	4	1	1	1	2	31	52	30	1065
Energia elétrica		5.206.617,43			5.206.617,43	1	2	4	1	2	29	48	30	1095
Gerenciamento de Frota de Veículos		1.037.761,90			1.037.761,90	2	2	1	2	3	28	47	30	1125
Passagens aéreas e diárias (civil/militar)	3.257.906,97	312.396,35			3.570.303,32	1	2	2	2	3	26	43	45	1170
Material de Consumo	61.047,30	2.284.394,83	458.941,06		2.804.383,19	1	2	2	2	2	25	42	45	1215

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Auditoria Administrativa de Controle Interno

ANEXO II - MATRIZ DE RISCO
Contratos

Contrato	Credor	Total Contrato (R$)	Descrição	Fatores de Risco: Materialidade	Relevância	Complexidade	Lapso Temporal de Auditoria	Nº Aditivos	Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados
				5	4	3	2	1				
				Valor Descritivo								
CT-014/2015	BANCO DO BRASIL S/A	21.000.000,00	Serviço	4	4	3	3	0	51	85	45	45
CT-681/2017	COELCE - COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA	10.336.624,00	Serviço	4	3	3	4	0	49	82	30	75
CT-022/2017	LAMPIT SOLUTIONS TECNOLOGIA LTDA	4.489.390,00	Serviço	3	3	4	4	0	47	78	45	120
CT-036/2018	TORINO INFORMÁTICA LTDA.	4.987.500,00	Aquisição	3	3	4	4	0	47	78	30	150
CT-021/2016	SOFTPLAN - PLANEJAMENTO E SISTEMAS LTDA.	40.253.342,22	Serviço	4	3	3	2	2	47	78	60	210
CT-020/2017	ART SERVICE EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA.	7.088.359,64	Serviço	4	2	3	4	2	47	78	30	240
CT-004/2015	LANLINK SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S/A.	33.643.793,07	Serviço	4	3	3	3	0	47	78	45	285
CT-37/2014	EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIOS HOM LTDA. - EMBRATEC GOOD CARD.	7.833.283,25	Serviço	4	3	3	1	4	47	78	30	315
CT-006/2015	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA.	2.758.779,23	Serviço	2	4	3	4	4	47	78	30	345
CT-005/2016	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA	2.829.197,76	Serviço	2	4	3	4	4	47	78	30	375
CT-029/2013	EGEL - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA.	5.294.999,84	Serviço	4	2	1	4	7	46	77	30	405
CT-004/2017	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA	9.086.629,68	Serviço	4	3	3	1	3	46	77	30	435
CT-024/2015	VM LOCADORA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA	839.370,24	Serviço	1	4	4	4	5	46	77	30	465
CT-053/2018	SEPROL COMÉRCIO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA.	6.678.666,20	Serviço	4	3	2	4	0	46	77	30	495
CT-010/2015	VM LOCADORA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA	5.727.837,36	Serviço	4	2	2	4	3	45	75	30	525
CT-048/2014	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA	3.154.079,80	Serviço	2	3	3	4	6	45	75	30	555
CT-010/2016	OI MÓVEL S/A.	6.712.428,24	Serviço	4	2	2	4	3	45	75	30	585
CT-033/2013	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA	5.321.006,77	Serviço	4	1	1	4	10	45	75	30	615
CT-056/2013	D&L SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA. - EPP	5.234.454,39	Serviço	4	1	1	4	10	45	75	30	645
CT-013/2016	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA	29.349.880,43	Serviço	4	2	2	2	7	45	75	30	675
CT-026/2016	ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DO DEFICIENTE AUDITIVO - APADA	5.145.241,49	Serviço	4	2	2	4	3	45	75	30	705
CT-042/2013	GELAR REFRIGERACAO COMERCIAL LTDA	13.152.488,50	Serviço	4	2	3	4	0	45	75	30	735
CT-006/2016	CONDOR TURISMO EIRELI EPP	1.488.000,00	Aquisição	1	4	4	4	3	44	73	30	765
CT-033/2018	USIBANK SOLUÇÕES AMBIENTAIS E UNIDADE DE DE TRATAMENTO DE RESIDUOS TERMICOS E SOLIDOS LTDA-ME	2.541.032,40	Serviço	2	3	4	4	1	43	72	30	795
CT-007/2015	CTIS TECNOLOGIA S.A	11.416.934,54	Serviço	4	2	2	1	5	41	68	30	825
CT-028/2017	CTIS TECNOLOGIA S.A	1.469.994,24	Serviço	1	4	3	4	2	40	67	30	855
CT-034/2016	LANLINK SOLUÇÕES E COMERCIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA S/A	3.258.701,32	Aquisição	2	3	3	4	0	39	65	30	885

Publicação Oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - Lei Federal nº 11.419/06, art. 4º

DIGITALMENTE ASSINADO

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Auditoria Administrativa de Controle Interno

ANEXO II - MATRIZ DE RISCO
Contratos

Contrato	Credor	Total Contrato (R$)	Descrição	Fatores de Risco: Materialidade	Relevância	Complexidade	Lapso Temporal de Auditoria	Nº Aditivos	Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados
				5	4	3	2	1				
				Valor Descritivo								
CT-042/2014	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA	60.693.736,67	Serviço	4	1	1	2	7	38	63	30	915
CT-018/2014	ALBERFLEX INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA	4.996.560,00	Aquisição	3	2	3	3	0	38	63	30	945
CT-032/2018	R M SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. ME	1.264.605,91	Serviço	1	3	3	4	1	35	58	30	975
CT-008/2016	PRIMARE ENGENHARIA LTDA	2.078.793,21	Serviço	1	2	3	4	4	34	57	30	1005
CT-021/2017	LOCALIZA RENT A CAR S/A	1.379.945,64	Serviço	1	2	3	4	4	34	57	30	1035
CT-040/2018	JUDAH SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.	946.437,45	Serviço	1	3	3	4	0	34	57	30	1065
CT-041/2018	PODIUM COMÉRCIO SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.	666.476,62	Serviço	1	3	3	4	0	34	57	30	1095
CT-042/2018	PODIUM COMÉRCIO SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.	667.834,10	Serviço	1	3	3	4	0	34	57	30	1125
CT-043/2018	EPP ARCANJO CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP	874.888,20	Serviço	1	3	3	4	0	34	57	30	1155
CT-041/2017	INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DO EXTREMO SUL	759.930,00	Serviço	1	3	3	4	0	34	57	30	1185
CT-005/2015	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT.	1.522.814,12	Serviço	1	2	3	2	6	32	53	30	1215
CT-016/2017	COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA	2.280.000,00	Serviço	1	2	3	4	1	31	52	30	1245
CT-023/2016	EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIOS HOM LTDA. - EMBRATEC GOOD CARD.	886.200,00	Serviço	1	2	3	4	1	31	52	30	1275
CT-023/2018	LTA-RH INFORMÁTICA, COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES LTDA-ME.	1.552.500,00	Aquisição	1	3	2	4	0	31	52	30	1305
CT-042/2017	LANLINK SOLUÇÕES E COMERCIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA S/A	302.388,42	Aquisição	1	3	2	4	0	31	52	30	1335
CT-048/2017	LTA-RH INFORMÁTICA, COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES LTDA-ME.	517.500,00	Aquisição	1	3	2	4	0	31	52	30	1365
CT-025/2013	STUDIO F3 LTDA ME	550.199,60	Serviço	1	2	2	4	4	31	52	30	1395
CT-011/2015	ACECO TI LTDA	1.189.312,26	Serviço	1	2	2	4	3	30	50	30	1425
CT-026/2018	NÚCLEO INFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	738.931,09	Serviço	1	2	3	4	0	30	50	30	1455
CT-016/2018	FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS	734.400,00	Serviço	1	2	3	4	0	30	50	30	1485
CT-009/2016	MOB SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	763.796,88	Serviço	1	2	2	4	2	29	48	30	1515
CT-011/2016	IBM BRASIL - MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA.	533.112,96	Serviço	1	2	2	4	2	29	48	30	1545
CT-031/2017	POSITIVO INFORMÁTICA S/A.	2.241.120,00	Aquisição	1	2	2	4	2	29	48	30	1575
CT-003/2018	TERCEIRIZE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI - EPP	459.928,12	Serviço	1	2	2	4	2	29	48	30	1605
CT-058/2012	R. A. DE OLIVEIRA BARROS - ME	1.106.081,70	Serviço	1	1	2	4	5	28	47	30	1635
CT-005/2017	EMPRESA TRANSPORTE RODOVIARIO URUBURETAMA	932.819,29	Serviço	1	2	2	4	0	27	45	30	1665
CT-008/2015	ÍCONE ELEVADORES LTDA EPP	970.275,55	Serviço	1	1	2	4	4	27	45	30	1695
CT-035/2018	US IMPORT LTDA.	2.265.888,00	Serviço	1	2	2	4	0	27	45	30	1725

DIGITALMENTE ASSINADO

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Auditoria Administrativa de Controle Interno

ANEXO II - MATRIZ DE RISCO
Contratos

Contrato	Credor	Total Contrato (R$)	Descrição	Fatores de Risco: Materialidade	Relevância	Complexidade	Lapso Temporal de Auditoria	Nº Aditivos	Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados
				5	4	3	2	1				
				Valor Descritivo								
CT-044/2013	PRIMTEC ELETRICA LTDA	979.404,93	Serviço	1	1	2	4	4	27	45	30	1755
CT-017/2018	TELTEC SOLUTIONS LTDA	1.993.419,60	Serviço	1	2	2	4	0	27	45	30	1785
CT-022/2018	QUALES TECNOLOGIA COM. E SERV. DE INFORMATICA LTDA-ME	810.000,00	Aquisição	1	2	2	4	0	27	45	30	1815
CT-029/2017	INNEX TELECOM SOLUÇÕES EM NETWORK LTDA.-EPP	1.328.400,00	Aquisição	1	2	2	4	0	27	45	30	1845
CT-037/2018	TORINO INFORMÁTICA LTDA.	778.500,00	Aquisição	1	2	2	4	0	27	45	30	1875
CT-044/2018	EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO CEARA - ETICE	1.814.874,24	Serviço	1	2	2	4	0	27	45	30	1905
CT-039/2017	CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO E SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS (CEBRASPE)	1.160.250,71	Serviço	1	2	2	4	0	27	45	30	1935
CT-022/2016	RTA REDE DE TECNOLOGIA AVANÇADA LTDA	500.000,00	Serviço	1	2	1	4	2	26	43	30	1965
CT-007/2016	TRANSÁGUA TRANSPORTE DE ÁGUA LTDA.	880.500,00	Serviço	1	1	2	4	2	25	42	30	1995
CT-038/2014	TOTAL CLIPPING DE NOTICIAS LTDA-ME	279.397,87	Serviço	1	1	1	4	4	24	40	30	2025
CT-009/2018	CAPITAL TÁXI AGÊNCIA DE VIAGENS E PASSEIOS LTDA EPP	370.908,36	Serviço	1	1	2	4	0	23	38	30	2055
CT-011/2018	HENRY EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E SISTEMAS LTDA	1.111.166,70	Serviço	1	1	2	4	0	23	38	30	2085
CT-015/2018	GELAR REFRIGERACAO COMERCIAL LTDA	328.699,75	Serviço	1	1	2	4	0	23	38	30	2115
CT-018/2018	US IMPORT LTDA.	2.383.580,96	Aquisição	1	1	2	4	0	23	38	30	2145
CT-047/2018	ARROW ECS BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA.	720.000,00	Aquisição	1	1	2	4	0	23	38	30	2175
CT-039/2018	GL ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA.	425.000,00	Aquisição	1	1	2	4	0	23	38	30	2205
CT-025/2018	STUDIO F3 LTDA ME	395.960,00	Serviço	1	1	2	4	0	23	38	30	2235
CT-040/2017	FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA	1.245.000,00	Serviço	1	1	2	4	0	23	38	30	2265
CT-031/2016	TELEMAR NORTE LESTE S/A .	877.205,40	Serviço	1	1	1	4	2	22	37	30	2295
CT-013/2017	NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA.	357.500,00	Serviço	1	1	1	4	0	20	33	30	2325
CT-024/2016	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL SA	801.000,00	Serviço	1	1	1	4	0	20	33	30	2355
CT-026/2015	LANLINK SOLUÇÕES E COMERCIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA S/A	365.597,67	Serviço	1	1	1	4	0	20	33	30	2385

Publicação Oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - Lei Federal nº 11.419/06, art. 4º

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Auditoria Administrativa de Controle Interno

ANEXO III - MATRIZ DE RISCO
Tecnologia da Informação

Universo	SIGLA	Fatores de Risco: Lapso temporal de Auditoria	Relevância	Materialidade	Complexidade	Controle Interno	Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados
		5	4	3	2	1				
		Valor Descritivo								
Sistema de Peritos	SIPER	4	3	1	2	1	40	67	60	60
Sistema de Patrimônio	SAJADM - SIP	4	3	1	2	1	40	67	60	120
Sistema de Compras e Licitações	SAJADM - SCL	4	2	1	2	1	36	60	60	180
Sistema de Gestão de Materiais e Almoxarifado	SAJADM - ALX	4	2	1	2	1	36	60	60	240
Sistema de Biblioteca Digital	BDJUR	4	2	1	1	1	34	57	60	300
BPM Extension - Módulo de Relatórios de Gestão de Processos de Negócios	BPMEx	4	2	1	1	1	34	57	60	360
Controle da Central de Atendimento	CentralAtendimento	4	2	1	1	1	34	57	60	420
Coletor Estatístico Pai Presente	CEPP	4	2	1	1	1	34	57	60	480
Concurso de Remoção para Servidores Efetivos	CONCURSO REMOÇÃO	4	2	1	1	1	34	57	60	540
Ensino a Distância	EAD	4	2	1	1	1	34	57	60	600
Sistema que disponibiliza contracheque e demais informações para os servidores do Judiciário	ESPACOSERVIDOR	4	2	1	1	1	34	57	60	660
Sistema de pré-cadastro das férias dos magistrados	Ferias Magistrados	4	2	1	1	1	34	57	60	720
Sistema de programação de férias dos servidores.	FERIAS SERVIDOR	4	2	1	1	1	34	57	60	780
Sistema de controle de frequência em evento (Biometria)	FREQBIO	4	2	1	1	1	34	57	60	840
Sistema de Apoio à Aprendizagem.	Moodle	4	2	1	1	1	34	57	60	900
Portal de Envio de IRPF para Servidores	PEIS	4	2	1	1	1	34	57	60	960
Ponto Eletrônico do Interior	Ponto Eletrônico do Interior	4	2	1	1	1	34	57	60	1020
Portal de Aplicações de Consultas do FERMOJU	PORTAL FERMOJU	4	2	1	1	1	34	57	60	1080
Ferramenta para Solicitar Conciliação de processos	Quero Conciliar	4	2	1	1	1	34	57	60	1140
Sistema de Fachada para acesso aos dados de RH	RHFACADE	4	2	1	1	1	34	57	60	1200
Sistema de Controle de Acessos aos sistemas do TJ	SAA	4	2	1	1	1	34	57	60	1260
Sistema de Avaliação de Desempenho	SADJUS	4	2	1	1	1	34	57	60	1320
Sistemas de Controle de Processos Administrativos	SAJADM - CPA	4	2	1	1	1	34	57	60	1380
Sistemas de Gestão de Recursos Humanos	SAJADM - GRH	4	2	1	1	1	34	57	60	1440
Sistema da Corregedoria (Portal do Extrajudicial)	SAJADM - PEX	4	2	1	1	1	34	57	60	1500
Sistema de Custos e Orçamentação	SAJADM - SCO	4	2	1	1	1	34	57	60	1560
Sistema de Segurança Integrada de Aplicações	SAJADM - SEG	4	2	1	1	1	34	57	60	1620
Sistema de Gestão Financeira	SAJADM - SGF	4	2	1	1	1	34	57	60	1680
Sistema de Gestão de Veículos	SAJADM - SGV	4	2	1	1	1	34	57	60	1740

DIGITALMENTE ASSINADO

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Auditoria Administrativa de Controle Interno

ANEXO III - MATRIZ DE RISCO
Tecnologia da Informação

Universo	SIGLA	Fatores de Risco: Lapso temporal de Auditoria	Relevância	Materialidade	Complexidade	Controle Interno	Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados
		5	4	3	2	1				
		Valor Descritivo								
Sistema de Pedidos	SAJADM - SPD	4	2	1	1	1	34	57	60	1800
Sistema de Auditoria da Corregedoria	SAUD	4	2	1	1	1	34	57	60	1860
Sistema de Cadastro Geral de Vínculos	SCGV	4	2	1	1	1	34	57	60	1920
Sistema de Cálculo Judicial	SCJUD	4	2	1	1	1	34	57	60	1980
Sistema de Conteúdo WEB	SCON	4	2	1	1	1	34	57	60	2040
Sistema de Controle de Permissões e Acesso	SCPA	4	2	1	1	1	34	57	60	2100
Sistema de Controle de Permissões e Acesso	SCPA Novo	4	2	1	1	1	34	57	60	2160
Sistema de Crachás	SCRACHA	4	2	1	1	1	34	57	60	2220
Sistema de Controle de Selos Extrajudiciais	SELOEXTRA	4	2	1	1	1	34	57	60	2280
Sistema de Controle de Selos Judiciais	SELOJUD	4	2	1	1	1	34	57	60	2340
Sistema de Serventias	SERVENTIAS	4	2	1	1	1	34	57	60	2400
Sistema de Gerenciamento da ESMEC	SESMEC	4	2	1	1	1	34	57	60	2460
Sistema de Gerenciamento de Contratos e Convênios	SGCC	4	2	1	1	1	34	57	60	2520
Sistema de Gerenciamento de Resultados	SGR	4	2	1	1	1	34	57	60	2580
Sistema de Automação de Bibliotecas, Arquivos, Museus e Memoriais.	SIABI	4	2	1	1	1	34	57	60	2640
Sistema de Postagem dos Correios	SIGEP	4	2	1	1	1	34	57	60	2700
Sistema de Gerenciamento de Notícias	SIGNO	4	2	1	1	1	34	57	60	2760
Sistema de Ouvidoria Judicial para controle e acompanhamento das manifestações encaminhadas pela sociedade.	SIOGE	4	2	1	1	1	34	57	60	2820
Sistema de Pagamento de Pessoal	SIPP	4	2	1	1	1	34	57	60	2880
Sistema Integrado de Recursos Humanos	SIRH	4	2	1	1	1	34	57	60	2940
Sistema de Auditoria	SISAUD	4	2	1	1	1	34	57	60	3000
Sistema de Controle de Visitantes	SISCONVI	4	2	1	1	1	34	57	60	3060
Sistema de controle de processos	SISDOC Web	4	2	1	1	1	34	57	60	3120
Sistema de Pagto de Subsídio - Registro Civil	SISFERC	4	2	1	1	1	34	57	60	3180
Sistema de Arrecadação do FERMOJU	SISFERMOJU	4	2	1	1	1	34	57	60	3240

DIGITALMENTE ASSINADO

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Auditoria Administrativa de Controle Interno

ANEXO III - MATRIZ DE RISCO
Tecnologia da Informação

Universo	SIGLA	Fatores de Risco: Lapso temporal de Auditoria	Relevância	Materialidade	Complexidade	Controle Interno	Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados
		5	4	3	2	1				
		Valor Descritivo								
Sistema utilizado pelos Cartórios para cadastrar os atos praticados no período de 03/12/2001 a 05/12/2008.	SISGUIA ExtraJudicial Offline	4	2	1	1	1	34	57	60	3300
Sistema de Guias Extrajudiciais On-line	SISGUIAS Extrajudicial On-line	4	2	1	1	1	34	57	60	3360
Sistema de Histórico de Pagamento de Guias do FERMOJU	SISGUIAS FERMOJU	4	2	1	1	1	34	57	60	3420
Sistema de Guias Judiciais	SISGUIAS Judicial	4	2	1	1	1	34	57	60	3480
Sistema Unificado do Fermoju. Composto atualmente por Três módulos: Depósito Judicial, Portal Emissor de Guias e Arrecadação	SISUFERMOJU	4	2	1	1	1	34	57	60	3540
Sistema de Registro de Plantão Judiciário	SNAJ	4	2	1	1	1	34	57	60	3600
Sistema de Pesquisa Organizacional	SPES	4	2	1	1	1	34	57	60	3660
Sistema de Controle de Número de Ofícios	SPRES	4	2	1	1	1	34	57	60	3720
Sistema de orientação espacial por imagens que visa auxiliar o público da comarca de fortaleza a localizar os unidades do prédio do Fórum Clóvis Beviláqua	VaiPraOnde	4	2	1	1	1	34	57	60	3780
Sistema de Controle de Acesso com Catraca	VWACESSO	4	2	1	1	1	34	57	60	3840
Base de Julgados do Portal e-SAJ	Banco de Julgados	4	2	1	1	1	34	57	60	3900
Sistema de Consulta de Antecedentes Criminais Unificada	CANCUN	4	2	1	1	1	34	57	60	3960
Certidão Negativa Cível e Criminal	CNC	4	2	1	1	1	34	57	60	4020
Sistema de Consulta de Julgados	CONJUG	4	2	1	1	1	34	57	60	4080
Sistema de Consulta Processual Mobile (CPM)	CPM	4	2	1	1	1	34	57	60	4140
Diário da Justiça Eletrônico	DJE	4	2	1	1	1	34	57	60	4200
Sistema de Eficiência de Unidades Judiciárias e Magistrados	Eficiência.jus	4	2	1	1	1	34	57	60	4260
Painel que irá exibir informações gerenciais para a Secretaria Judiciária	Gestão à Vista	4	2	1	1	1	34	57	60	4320
Sistema para envio de documentos administrativos entre as unidades do TJCE e outros Órgãos.	MALOTE DIGITAL	4	2	1	1	1	34	57	60	4380
Sistema Processual - MPS - Tramitação de processos de Juizados Especiais, antigos.	MUMPS - JPC	4	2	1	1	1	34	57	60	4440
Sistema Processual - MPS - Tramitação de processos das Varas de Infância e Juventude, antigos.	MUMPS - SINJ	4	2	1	1	1	34	57	60	4500
Processo Judicial Eletrônico	PJE	4	2	1	1	1	34	57	60	4560
Disponibiliza painel estatístico da unidade - PJE.	PJE - Painel Estatística	4	2	1	1	1	34	57	60	4620
Sistema de suporte ao PJe, automatizando scripts de correção de erros.	PJe-SUPORTE	4	2	1	1	1	34	57	60	4680
Portal de Consultas e Serviços para usuários Externos dos sistemas SAJPG e SAJSG	Portal e-SAJ	4	2	1	1	1	34	57	60	4740

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Auditoria Administrativa de Controle Interno

ANEXO III - MATRIZ DE RISCO
Tecnologia da Informação

Universo	SIGLA	Fatores de Risco: Lapso temporal de Auditoria	Relevância	Materialidade	Complexidade	Controle Interno	Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados
		5	4	3	2	1				
		Valor Descritivo								
Processo Judicial Digital – Sistema para tramite digital de processos nos Juizados Especiais e Turmas Recursais nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.	PROJUDI	4	2	1	1	1	34	57	60	4800
Sistema de Recurso Especial Eletrônico do Superior Tribunal de Justiça	Recurso Especial Eletrônico - STJ	4	2	1	1	1	34	57	60	4860
Sistema de Recurso Extraordinário Eletrônico do Supremo Tribunal Federal	Recurso Extraordinário Eletrônico - STF	4	2	1	1	1	34	57	60	4920
Registro de Audiências em Áudio e Vídeo	SAJPG – Gravação de Audiências	4	2	1	1	1	34	57	60	4980
Sistema de cadastramento de Ofícios Requisitórios e Cálculos Judiciais de Precatórios	SAPRE	4	2	1	1	1	34	57	60	5040
Sistema de Buscas de Juizados Especiais	SBJE	4	2	1	1	1	34	57	60	5100
Sistema de Conciliação	SCONC	4	2	1	1	1	34	57	60	5160
Sistema de Certidão de Precatórios	SCP	4	2	1	1	1	34	57	60	5220
Consulta Processual Unificada	SCPU	4	2	1	1	1	34	57	60	5280
Sistema Eletrônico de Execuções Unificadas	SEEU	4	2	1	1	1	34	57	60	5340
Sistema de Gerenciamento de Estatísticas da Corregedoria	SGEC	4	2	1	1	1	34	57	60	5400
Sistema de Agendamento de Videoconfência	SIMAV	4	2	1	1	1	34	57	60	5460
Sistema de Mediação	SIME	4	2	1	1	1	34	57	60	5520
Sistema de Certidão Criminal On-line da Comarca de Fortaleza. Fornece certidões criminais obtidas através do SPROC e SAJPG para Comarca de Fortaleza.	SISCERTIDÃO	4	2	1	1	1	34	57	60	5580
Sistema de emissão de certidão negativa para o segundo grau de jurisdição	SISCERTIDAO - 2º GRAU	4	2	1	1	1	34	57	60	5640
Sistema do Núcleo de Gerenciamento de Processos	SISNUGEP	4	2	1	1	1	34	57	60	5700
Sistema Processual de 2º e 1º grau das Comarcas do Interior	SPROC	4	2	1	1	1	34	57	60	5760
Cadastro, Acompanhamento e Destruição de Armas	CADARM	3	2	1	1	1	29	48	60	5820
Sistema de Medição de Obras	SAJADM - SMO	3	2	1	1	1	29	48	60	5880
Sistema para Progressão por Desempenho (Servidores)	DESEMPENHO	2	2	1	1	1	24	40	60	5940
Sistema de Promoções de Servidores	SPROMO	2	2	1	1	1	24	40	60	6000
Gestão de Processos Judiciais de 2ª Instância	SAJ SG	2	2	1	1	1	24	40	60	6060
Gestão de Processos Judiciais de 1ª Instância	SAJ PG	1	2	1	1	1	19	32	60	6120

DIGITALMENTE ASSINADO

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Auditoria Administrativa de Controle Interno

ANEXO IV - MATRIZ DE RISCO
Serviços de Engenharia

Universo	Valor (R$)	Fatores de Risco: Lapso temporal de Auditoria	Relevância	Materialidade	Complexidade	Controle Interno	Pontuação	Risco Relativo	Dias / Atividade	Dias Acumulados
		5	4	3	2	1				
		Valor Descritivo								
Construção do novo Fórum da Comarca de Russas, mediante o regime de empreitada por preço global. (CT-045/2017)	3.860.588,96	4	3	3	4	2	51	85	45	45
Construção do novo Fórum da Comarca de Itapajé, mediante o regime de empreitada por preço global. (CT-038/2017)	3.717.252,52	4	3	2	4	2	48	80	45	90
Reformas parciais de 02 (duas) Residências Oficiais de Juízes destinadas ao funcionamento do Fórum da Comarca de Santa Quitéria (CT-007/2017)	245.761,12	4	2	1	3	2	39	65	45	135
Reforma parcial com ampliação do Fórum da Comarca de Itaitinga. (CT-018/2017)	223.864,39	4	3	1	3	2	43	72	45	180
Remoção de esquadrias e fornecimento e instalação de grades e brises no Fórum Clóvis Beviláqua. (CT-051/2018)	62.484,32	4	2	1	3	2	39	65	45	225
Adequação parcial do Fórum de Quixadá (CT-043/2017)	58.400,00	4	2	1	3	2	39	65	45	270
Adequação parcial do Fórum de Juazeiro do Norte (CT-034/2017)	72.900,00	4	2	1	3	2	39	65	45	315
Adequação parcial do Fórum de Sobral (CT-044/2017)	71.000,00	4	2	1	3	2	39	65	45	360
Complementação da obra de reforma e ampliação do prédio da Corregedoria Geral da Justiça. (CT-003/2017)	842.987,29	1	3	1	3	2	28	47	45	405
Reforma de adequação de edifício para instalação do Fórum de Iracema. (CT-032/2017)	549.651,19	1	3	1	3	2	28	47	45	450
Reforma parcial do Fórum da Comarca de Aracoiaba. (CT-011/2017)	518.675,98	1	3	1	3	2	28	47	45	495

DIGITALMENTE ASSINADO

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Auditoria Administrativa de Controle Interno

ANEXO V – Atividades Sistemáticas

Atividades Sistemáticas

a) Suprimento de Fundos

Pontos a serem Monitorados	Responsáveis	Escopo	Fonte de Informação
Regularidade da Prestação de Contas	SEFIN/ Concessionário	Examinar a realização das despesas	Documentos comprobatórios da realização das despesas

b) Execução Orçamentária

Pontos a serem Monitorados	Unidades Responsáveis	Escopo	Fonte de Informação
PPA / LDO/LOA	SEFIN	Avaliar o cumprimento dos objetivos, prioridades e metas estabelecidas	Respectivos diplomas legais
Execução Orçamentária e Financeira das Receitas	SEFIN	Acompanhar o ingresso das receitas	Dados produzidos pelas unidades administrativas envolvidas com o ingresso de recursos
Execução Orçamentária e Financeira das Despesas	SEFIN	Acompanhar a realização das despesas	Dados produzidos pelas unidades administrativas envolvidas com a realização das despesas
Execução Orçamentária de Restos a Pagar	SEFIN	Acompanhar a Inscrição e pagamento de RP	Dados produzidos pelo DEFIN
Alterações Orçamentárias	SEFIN	Acompanhar as Alterações orçamentárias	Dados produzidos pelo DEFIN

c) Gestão Fiscal

Pontos a serem Monitorados	Unidades Responsáveis	Escopo	Fonte de Informação
LOA	SEFIN	Avaliar o cumprimento dos limites estabelecidos	Respectivos diplomas legais
Execução Orçamentária e Financeira dos gastos de pessoal	SEFIN	Acompanhar o registro dos gastos	Dados produzidos pelas unidades administrativas envolvidas com a realização das despesas
Execução Orçamentária e Financeira do repasse dos recursos pelo Tesouro	SEFIN	Acompanhar o repasse dos recursos pela SEFAZ	Dados produzidos pelas unidades administrativas envolvidas

d) Prestação de Contas Anual

Pontos a serem Monitorados	Unidades Responsáveis	Escopo	Fonte de Informação
LOA	SEFIN	Avaliar o cumprimento dos limites estabelecidos	Respectivos diplomas legais
Execução Orçamentária e Financeira	SEFIN	Analisar os registros contábeis	Demonstrativos extraídos do SIC
Evolução Patrimonial	SEFIN	Analisar as contas patrimoniais	Demonstrativos extraídos do SIC e emitidos pelas Unidades Gestoras
Relatório de Gestão	SEPLAG	Analisar a conformidade das Informações	Relatório e demonstrativos
Processo de Prestação de Contas	SEFIN	Avaliar a regularidade das peças processuais	IN TCE e Lei Nº 12.509